

ANTÓNIO JOSÉ DE FREITAS EM ENTREVISTA AO JTM

Habitação é “problema social muito grave”

O Provedor da Santa Casa da Misericórdia, António José de Freitas, alerta para os problemas sociais graves que os preços das casas e das rendas estão a provocar e apela a uma revisão do sistema de atribuição de subsídios às instituições de solidariedade social. Prevê que os próximos cinco anos serão “difíceis” para Chui Sai On não só pelos “muitos desafios” que vai enfrentar mas também porque Pequim mostrou que vai querer acompanhar de forma mais próxima a actividade do Governo. A grande descoordenação entre diferentes departamentos e a sobreposição de competências são algumas das falhas que aponta ao funcionamento da Administração. Em relação ao novo Governo prevê a saída dos três Secretários que se encontram no cargo há 15 anos e antevê que entre as caras novas possa estar um possível candidato a suceder a Chui Sai On

■ André Jegundo

Chui Sai On acabou de ser nomeado para um segundo mandato. Espera grandes mudanças na equipa e nas prioridades políticas?

—Penso que sim. O Chefe do Executivo definiu para já a reestruturação da máquina administrativa como uma prioridade. Nunca é tarde para se fazer uma reforma destas, até porque esta questão constituiu sempre um obstáculo ao desenvolvimento de Macau. É preciso haver uma máquina administrativa que saiba responder às necessidades da sociedade. Foram feitas muitas coisas nos últimos anos que não eram prioritárias, como por exemplo a avaliação de desempenho dos funcionários públicos. Bem ou mal sempre existiu um mecanismo para avaliar os funcionários e o que o novo regime veio fazer foi criar um clima de desconfiança entre as hierarquias da função pública. Outras medidas tiveram alguma importância mas não eram prioritárias, como é o caso de projecto de formação de funcionários em Singapura. Seria melhor mandá-los para Portugal ou para o IPOR, para reforçar a aprendizagem do Português que sempre é uma língua oficial. É preciso perceber, no entanto, que os cinco anos de governação de Chui Sai On foram muito diferentes dos 10 anos de Edmund Ho.

—Que diferenças é que destaca?

—A sociedade mudou muito mais depois da liberalização do jogo em 2003. Foi preciso algum tempo para as coisas entrarem na senda do progresso e o “boom” económico praticamente só se fez sentir no mandato de Chui Sai On. Hoje em dia, como cidadão comum, aqui nascido, noto que a qualidade de vida já não é a mesma. Basta ver as estatísticas. Macau, com a dimensão que tem, possui mais de 150 mil trabalhadores não residentes (TNR's). Em termos percentuais, o número de TNR's não é muito inferior ao número de residentes que fazem parte do mercado laboral. Isto para mim é um dos factores que contribui para as rendas altíssimas das ca-



sas e para o problema da habitação. Os apartamentos luxuosos são arrendados com grande facilidade pelos quadros superiores das grandes empresas, nomeadamente das operadoras de jogo. Mas na zona Norte e nos bairros antigos estamos hoje a assistir a situações incríveis. Há pessoas que remodelam casas T2 para meter lá 10 beliches e criarem um dormitório de trabalhadores não residentes. Nos termos da lei das relações de trabalho, obrigatoriamente o empregador tem que dar ao TNR um subsídio de alojamento de 500 patacas, para além do salário acordado. É verdade que nem todos os trabalhadores residentes passam a noite em Macau, mas há muitos que sim. Estamos perante um problema social muito grave. Gradualmente vão aparecendo mais habitações económicas e habitações sociais mas só a médio-longo prazo é que estas medidas poderão resolver o problema. É preciso que estes projectos não sejam feitos de forma arbitrária. Em Seac Pai Van, por exemplo, num lado temos torres em que o pé quadrado custa mais de 200 mil patacas por metro quadrado. Em frente estão habitações económicas que custam mil patacas por metro quadrado. Não faz sentido. É preciso haver um planeamento urbanístico como deve ser, que Macau não tem.

—O Governo deve diminuir

as autorizações para trabalhadores não residentes, como tem sido pedido por muitos sectores da sociedade?

—É uma questão muito complicada porque também é notório que há necessidade de importar mão-de-obra. 80% ou 90% das empregadas de mesa no sector da restauração são importadas, o pessoal de segurança e manutenção dos edifícios também é quase todo proveniente do exterior.

—Mas os casinos, as grandes corporações e as pequenas e médias empresas pedem a importação mais trabalhadores enquanto as associações dos operários, os trabalhadores do sector do jogo e muitos residentes estão firmemente contra essa possibilidade e chegam a manifestar hostilidade em relação aos TNR's. Como é que o Governo vai resolver a questão dos recursos humanos?

—O Governo terá que saber encontrar um equilíbrio, dialogando com os diferentes grupos que referiu. A questão dos recursos humanos é uma das consequências do “boom” do sector do jogo, mas há outros problemas como o trânsito, a rede rodoviária, sobre as quais se fala muito mas não se faz nada. A ponte Hong Kong-Macau-Zhuhai está prestes a ser concluída e aqui ainda não se sabem os planos para a rede rodoviária.

Não temos nada ainda.

—O Governo não tem apresentado medidas de fundo para resolver problemas como o trânsito, os transportes públicos, a habitação, a inflação. Falta capacidade ou coragem?

—Há que distinguir os problemas. Há questões que só poderão ser resolvidas a médio-longo prazo e de forma planeada. Mas, há outras que podem ser atacadas no curto prazo, como o trânsito rodoviário. O Governo deve ter coragem e a população deve colaborar e ter espírito de sacrifício, por exemplo quando se quer eliminar alguns lugares de estacionamento nas vias públicas mais congestionadas para abrir corredores exclusivos. Julgo que esta medida pode ajudar a resolver parcialmente o problema do trânsito nas zonas mais congestionadas. Mas, claro, o Governo e o Chefe do Executivo não vão ter cinco anos nada fáceis, vão enfrentar muitos desafios. O Governo Central, através do Gabinete de Ligação de Hong Kong e Macau, já disse que futuramente quer o Chefe de Executivo de Macau quer o de Hong Kong, quando forem a Pequim prestar contas, vão ter que dizer o que foi feito e o que não foi feito e porquê, explicar as dificuldades. O que é diferente do que aconteceu no passado, onde havia cumprimentos de circunstância e pouco mais.

—Xi Jinping alertou o Chefe do Executivo para as grandes mudanças que Macau está a atravessar, pedindo ao Governo da RAEM para melhorar a sua acção e a capacidade de antecipar os problemas. É uma crítica implícita ao primeiro mandato?

—São directrizes. Se calhar, entende o Governo Central, a governação de Macau, com as suas fontes de receita, podia ter feito melhor nos últimos anos. É inegável que as palavras tiveram esse sentido.

—Partilha dessa opinião?

—Há espaço para fazer mais e melhor, sem dúvida. Se calhar não me refiro ao Chefe do Executivo, nem aos Secretários, porque o que eu vejo em Macau é que há uma grande descoordenação entre diferentes departamentos de organismos públicos. Em termos de funcionamento da máquina administrativa, assuntos que podem ser despachados por chefes de divisão são remetidos “à consideração superior” para os chefes de departamento. E os chefes de departamento, por seu turno, mandam para os subdirectores e directores e ninguém decide. Há uma grande incapacidade para decidir e uma sobreposição de competências, o que atrasa muito o processo de tomada de decisões. É preciso que a reforma administrativa defina bem o âmbito e a natureza das funções de cada departamento, de forma

JORNAL TRIBUNA DE MACAU

Propriedade: Tribuna de Macau, Empresa Jornalística e Editorial, S.A.R.L. • Administração: José Rocha Dinis • Director: José Rocha Dinis • Director Editorial Executivo: Sérgio Terra • Grande Repórter: Fátima Almeida • Redacção: André Jegundo e Pedro André Santos (Editores), Liane Ferreira e Viviana Chan • Correspondentes: Helder Almeida (Portugal) e Rogério P. D. Luz (Brasil) Colaboradores: Helder Fernando, Raquel Carvalho e Vítor Rebelo • Colunistas: Albano Martins, Carlos Frota, Daniel Carlier, Francisco José Leandro, João Botas, João Figueira, Jorge Rangel e Luiz de Oliveira Dias • Grafismo: Rita Cameselle e Suzana Törres • Serviços Administrativos e Publicidade: Joana Chóí (jtmpublicidade@yahoo.com) • Agências: Serviços Noticiosos da Lusa, Xinhua e Rádio ONU • Impressão: Tipografia Welfare, Ltd • Administração, Direcção e Redacção: Calçada do Tronco Velho, Edifício Dr. Caetano Soares, Nº4, 4A, 4B - Macau • Caixa Postal (P.O. Box): 3003 • Telefone: (853) 28378057 • Fax: (853) 28337305 • Email: jtmagenda@yahoo.com (serviço geral)

a acabar com muitas sobreposições. Concorro com a proposta que foi avançada pelo Chefe do Executivo de passar o Turismo para a pasta da Economia, porque se trata de uma área central da actividade económica. Macau vive também do turismo, até porque são os turistas que vão jogar nos casinos.

-Mas porque é que existe esse medo de decidir? É consequência do caso que envolveu o ex-Secretário Ao Man Long?

-Sim, talvez, mas mais na pasta das Obras Públicas e dos Transportes. De uma forma geral, os altos funcionários não estão dispostos a assumir decisões, o pensamento é que mais vale não arriscar e chutam a bola para canto.

-Em relação à composição do novo Governo o que é que espera?

-No meu entender devem sair todos os Secretários que estão lá há 15 anos. Sem querer fazer juízos de opinião em relação ao trabalho que foi feito e com o devido respeito pelas pessoas, é altura de se fazer a mudança dos três Secretários que estão nestas condições, Florinda Chan, Francis Tam e Cheong Kuoc Vá. Julgo que é isto que vai acontecer. Julgo que seria uma política inteligente que favorece o Governo. E daqui a cinco anos, porventura, vão sair todos, incluindo Lau Si Io e Cheong U. É de prever também que entre os novos Secretários que vão entrar agora um deles possa ser potencial candidato a novo Chefe do Executivo para suceder a Chui Sai On. Faz sentido porque as coisas têm que ser feitas passo a passo e com antecipação. A não ser que Edmund Ho decida voltar a candidatar-se a Chefe do Executivo dentro de cinco anos (risos). Pode fazê-lo, mas não acredito que aconteça. É preciso apostar nas novas gerações.

-E que candidatos vê na sociedade de Macau para ocupar os lugares que vão ficar vagos?

-Não vale a pena falar de nomes, mas não há dúvidas de que essas pessoas existem e que podem trazer novas ideias. Hoje, as gerações mais jovens têm uma forma de pensar diferente, muitos estudaram no estrangeiro, têm linhas de pensamento diferentes daqueles que estão enraizados aqui. A sociedade tem que mudar e não pode continuar a funcionar atrelada às forças tradicionais ou a determinadas formas de pensamento. E a sociedade e as forças que a compõem devem estar mais abertas ao diálogo para resolver problemas. O Chefe do Executivo disse há dias que não é daqueles que anuncia apenas notícias favoráveis para guardar as coisas negativas, mas muitos serviços públicos não estão a actuar assim. Só anunciam coisas boas, têm resposta para tudo e parece que está tudo bem. Ainda há tempos o presidente do Instituto de Acção Social veio dizer que Macau já tinha ultrapassado os padrões internacionais na relação entre o número de creches e a população infantil. Acho que esta comparação não vem muito a propósito porque tem de se olhar para a especificidade do tecido social. Em Macau, quantas famílias existem em que tanto o pai e a mãe estão a trabalhar? Julgo que muitos responsáveis governamentais quando vão à rádio e aos meios de comunicação social não dizem a verdade. Ou muitos poucos o dizem. Muitos deles, sobretudo na área social, julgam que gastar menos é um louro. O problema são os padrões diferentes que existem.

-Que sectores são mais beneficiados?

-Não tenho nada contra a função pública mas hoje em dia, para mim, é uma classe privilegiada em Macau. Tirando a fatia que está a habitar em casas do Governo, hoje qualquer funcionário, quer tenha casa quer não tenha, recebe mensalmente 2.220 patacas de subsídio

à habitação. Se tiver dois filhos menores recebe subsídio de família, cerca de 1.500 patacas. Se tiver na função pública há 10 anos recebe ainda dois prémios de antiguidade, ou seja mais 1.500 patacas. Só estes apoios extra-ordenados correspondem a mais de 5.000 patacas, o que representa quase um salário mínimo, que ainda está em discussão. Para a função pública, está visto, não é preciso avaliar nada mas para atribuir um subsídio para um inválido exige-se que tenha contribuído para o Fundo de Segurança Social nos últimos dois anos. O mesmo se pode dizer nos subsídios para instituições sem fins lucrativos, como é o caso da Santa Casa e de muitas outras associações. O sistema também está mal montado.

-O sector social tem sido esquecido pelo Governo?

-Existe uma desatenção e uma falta de confiança mútua entre as instituições e o Governo através do Instituto de Acção Social. Se calhar não é culpa do Chefe nem do Secretário mas sentimentos que as instituições de solidariedade social estão a funcionar distantes dos decisores, que deviam incentivar e apoiar mais as instituições sem fins lucrativos. O Governo deve reestruturar ou criar um novo mecanismo de concessão de subsídios às instituições de solidariedade com fins não lucrativos porque o actual já tem mais de 20 anos. É preciso também aumentar os subsídios para a contratação de pessoal sobretudo numa altura em que todas as instituições sociais têm problemas na contratação de recursos humanos, porque é muito difícil concorrer com a função pública. O que é certo é se a Santa Casa dependesse apenas do subsídio de acção social para financiar as suas actividades não fazia nem metade das coisas. Hoje em dia o que a Santa Casa recebe do Governo através do IAS só representa 25% do orçamento.

-Nos últimos meses houve várias iniciativas de contestação. Os trabalhadores do jogo têm saído à rua por diversas vezes e o regime de garantias para os titulares de altos cargos esteve na origem de uma das maiores manifestações de sempre da RAEM. São sintomas de uma maior vontade de participação cívica?

-A primeira manifestação contra o regime de garantias resultou para mim de um acto desastroso do Governo. Foi pior a emenda que o soneto. O Governo só decidiu retirar a proposta depois da manifestação à porta da Assembleia Legislativa, o que não foi uma opção inteligente, porque enfraqueceu o Governo. A proposta devia ter sido retirada no momento em que o Chefe do Executivo foi à AL falar com o presidente Ho Iat Seng.

-Mas concorda com o regime de garantias?

-Não acho que faça sentido. Se sou convidado para exercer um cargo de responsabilidade no Governo eu avalio e pondero as condições. Posso aceitar ou não aceitar, é uma avaliação pessoal. Quando ninguém o obrigou a aceitar não faz sentido ser compensado por ter deixado as funções. Mas estou a dizer isto em relação às pessoas que não são da função pública, porque os que já são da função pública então têm muito menos razões para serem compensados porque já têm um regime próprio. Entre os Secretários que provavelmente vão sair, o único prejudicado, digamos assim, é Francis Tam. Florinda Chan não ficará nada prejudicada, o mesmo em relação a Cheong Kuoc Vá. Se o regime de garantias for avançado só faz sentido que beneficie aqueles que não são funcionários públicos de carreira. Mas houve outras razões para os protestos. Há muitas pessoas que estão a sentir dificuldades nas suas vidas. Em poucas palavras, o



Sol não está a brilhar para todos.

-Entende que o crescimento económico de Macau aconteceu de forma demasiado rápida?

-Ninguém contava, nem mesmo o Governo, que a liberalização do sector do Jogo pudesse ter o efeito económico que teve e que provocasse mudanças tão bruscas. Isto tudo traz consequências negativas e contribui para piorar a qualidade de vida das pessoas. Não há miséria em Macau, mas o fosso entre ricos e pobres é cada vez maior. E há carências de famílias que sentem muitas dificuldades em fazer face à carestia de vida. Não são pessoas que recebem subsídios mas que precisam de apoio e nós temos dado esse apoio através da Loja Social. Não deixa de ser estranho, por exemplo, que este projecto receba amplos elogios da sociedade civil e não mereça uma palavra da parte do Governo. A Santa Casa não se dedica a causas à espera de elogios, mas acho estranho sinceramente. Em relação ao custo de vida o Governo devia nivelar por cima os aumentos nos subsídios, nomeadamente o subsídio para o risco de sobrevivência para as camadas carenciadas. Não podemos definir uma percentagem de aumento consoante a inflação verificada no ano passado. Deve haver uma previsão da inflação do ano que vem, caso contrário os apoios estão sempre aquém do aumento dos preços.

-Em relação ao referendo não oficial, como é que olhou para a iniciativa?

-As pessoas são livres de fazerem o que querem mas acho que foi uma iniciativa prematura. Não faz sentido querer copiar tudo o que é feito em Hong Kong, onde já existe um calendário para a reforma política. Em Macau, pelo contrário, nada está decidido. O que é certo é que o Governo deu demasiada atenção à questão e indirectamente valorizou muito a iniciativa. Não merecia toda aquela atenção.

-Posteriormente foram feitas várias detenções. Os direitos e as liberdades cívicas foram respeitados?

-Não conheço os termos das acusações mas parece-me que as detenções têm que ver com outras questões, como a lei da protecção de dados pessoais. Continuo a achar que Macau é um local onde prevalece o primado do Direito e se estas pessoas foram acusadas é porque haverá razões para isso.

-Face a outros casos que aconteceram, como os que envolveram os professores universitários Eric Sautedé e Bill Chou,

não lhe parece que as liberdades cívicas que caracterizam o segundo sistema podem estar sob ameaça?

-Os mais acérrimos defensores da liberdade de expressão e da democracia devem compreender que estão em Macau e que isto faz parte de um país que é a China. Em nenhum país do mundo se tolera que o seu sistema de funcionamento seja ameaçado. No caso de Macau, o princípio "Um país, dois sistemas" é uma coisa inédita no mundo e está provado, quase em 15 anos de existência, que o sistema funciona. Existe liberdade em vários aspectos, não só em termos de ideologias políticas, como na liberdade religiosa e até na convivência entre diferentes etnias. A Santa Casa, por exemplo, tem as raízes que tem, faz parte da história de Macau, e nunca ninguém nos pressionou pelo facto de sermos uma instituição de matriz portuguesa. As nossas acções são reconhecidas no seio da sociedade civil e a beneficiária das nossas acções é a população de Macau, composta na sua maioria por cidadãos chineses.

-Recentemente deixou o projecto do jornal Plataforma, vendendo a participação que detinha. A que se deveu a decisão?

-Foi por motivos de saúde mas é um projecto que abracei e que está a andar e que continuo a acompanhar. Julgo que é importante haver um jornal deste tipo, dada a vontade do Governo Central e também do Governo de Macau para que a RAEM funcione como uma plataforma de intercâmbio com os países de língua portuguesa. Julgo que o Governo devia até ponderar a hipótese de apoiar mais este projecto.

-E em que ponto se encontra o projecto da Casa-Museu Macaense?

-Continua sem avançar. Reuni com o presidente do Instituto Cultural, há seis ou sete meses, e foi prometido um apoio de 20 milhões. Mas até agora, nada. Estou desanimado com isto, são três anos de espera, o prédio continua a degradar-se e estou a ficar cansado. Era um projecto excelente para promover as características únicas de Macau mas não percebo porque não merece o apoio. Gastam milhões e milhões na Festa Latina por um dia, que é uma coisa que passa como as nuvens, enquanto este projecto de fundo, sério, que é bom para Macau, não anda nem desata. Não consigo explicar. Só posso interpretar que não consideram o projecto útil para Macau e não são capazes de dizer que não.